

TEATRO DO MUNDO |

DIREITO E REPRESENTAÇÃO

LAW AND PERFORMANCE



Ficha Técnica

Título: Direto e representação | Law and Performance

Coleção : Teatro do Mundo

Volume: 10

ISBN: 978-989-95312-7-7

Depósito Legal: 401279/15

Edição organizada por: Cristina Marinho, Nuno Pinto Ribeiro e Tiago

Daniel Lamolinarie de Campos Cruz

Comissão científica: Armando Nascimento (ESCTL), Cristina Marinho

(UP), Jorge Croce Rivera (Uévora), Nuno Pinto Ribeiro (UP)

Capa Foto: ©Rogov Bundenko - 2014 | Kristina Shapran (Russian ballerina)

Projeto gráfico: Cristina Marinho e Tiago Daniel Lamolinarie de Campos

cruz

1ª edição

Tiragem: 150

© Centro de Estudos Teatrais da Universidade do Porto

Vedada, nos termos da lei, a reprodução total ou parcial deste livro, por
quaisquer meios, sem a aprovação da Editora.

<http://www.cetup.p>

Dez anos depois: *do Ensaio e Projecto ao Direito e Representação.*

Nuno Pinto Ribeiro
Universidade do Porto, C.E.T.U.P.

O C. E. T. U. P., Centro de Estudos Teatrais da Universidade do Porto, oferece neste volume o essencial das comunicações apresentadas ao seu décimo encontro anual, que reuniu no início de Julho de 2014 estudiosos portugueses e estrangeiros na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Sob o signo da cooperação interdisciplinar orientada pela referência matricial do teatro e do drama, prosseguindo no caminho aberto por aquele primeiro colóquio na Reitoria da Universidade, de 2006, que esboçou a traço firme o plano de intervenção de um Centro de recente criação (*Teatro na Universidade, Ensaio e Projecto*, de 2007, iria registar em livro o evento), os participantes reflectiram desta vez acerca das sugestivas aproximações entre a dimensão jurídica da vida social e a representação, eixo conformador de fecundas homologias e núcleo gerador de outras expressões culturais que com elas estabelecem cúmplices relações, de geografia e incidência variáveis, é certo, mas sempre num plano de recíproca iluminação. *Direito e Representação*, portanto: o espaço de partilha desenhado num itinerário que não dita, na sequência dos trabalhos em que se desdobra, juízos de valor ou prioridades na leitura, entregando, antes, ao leitor a responsabilidade na escolha de um caminho.

O livro abre com uma contribuição da Universidade de Harvard: **David Alexandre Ellwood** guia-nos numa demanda do infinitamente

pequeno, buscando franquear os limites do indivisível e sondar o universo instável das partículas da matéria, o que obriga a uma interpelação do sentido da vida e da relação do ser humano com o saber científico. Do espaço físico sombrio de catacumbas e de um cárcere de volutas de aço e cimento, talvez metáfora da entrega absoluta à tirania de uma pesquisa perigosamente nas bordas do absurdo, o viajante, qual Dante em versão pós-moderna conduzido por um enigmático Virgílio, emerge finalmente para a reconfortante paisagem de um lago e o horizonte aprazível de um sol que se põe, mas o seu lacónico anfitrião detém-se numa réplica inconclusiva que deixa o leitor no exasperante limiar da revelação. Não é por certo despiciendo que o autor deste texto interrogativo seja um físico, não um ficcionista ou dramaturgo: à vocação interdisciplinar é desde logo lançado o repto, sob o signo socrático do conhecimento de si mesmo (*knowthyself*), a que os restantes ensaios cuidarão de responder.

A teatralidade da ordem jurídica, os rituais que potenciam a autoridade e favorecem a legitimação: eis o testemunho de **Leslie J. Moran**, da Universidade de Londres (*Birkbeck College*). Um espectáculo algo desconcertante, interpretado por juízes do Supremo Tribunal: na via pública, no curto trajecto entre o edifício do Supremo Tribunal e a Catedral de Westminster, os magistrados, no espaço incongruente da urbe comercial e capitalista, desfilam trajados a rigor e na observância de uma coreografia minuciosa e de fortíssima carga simbólica. A deliberada projecção da majestade do ofício e da sua aparentemente paradoxal integração na pulsação quotidiana do homem comum, aqui

apenas revelada na singeleza do episódio, ilustra afinal uma complexa estratégia de legitimação da justiça de que o olhar atento do autor regista o momento efémero para depois procurar desvendar a teia de motivações políticas, sociais e ideológicas que lhe subjaz. Mas a solenidade do procedimento ou os padrões formais de funcionamento da justiça nem sempre devem ser referidos a uma intenção elitista de confirmação da autoridade. A voragem de uma sociedade de informação dominada pelo mais frenético sentido do imediatismo e pela obsessão da informação em tempo real podem exercer uma pressão por vezes insuportável sobre as instituições judiciais, tendendo a profanar o seu espaço próprio e a perverter a lógica dos seus procedimentos. Esta constelação de referências que envolve a cultura, a justiça e a comunicação, e toma como mote um sugestivo texto do século XVIII de Matias Aires, merece a atenção de **Joana Aguiar e Silva** no seu esforço, por vezes filosófico e especulativo que nunca prescinde, todavia, do recorte objectivo do argumento: assim se denuncia a globalização, que tudo submete ao quantificável e ao sucesso populista, ameaçando contaminar juízes e tribunais, sorvê-los na avalanche do espectáculo e do efémero e preordená-los aos interesses da monstruosa figura ubíqua e totalitária da «opinião pública», e a trivialização da justiça, perigosamente ancorada na neutralização de mecanismos éticos e na narcotização e alheamento dos cidadãos e das comunidades. Em discurso pragmático e incisivo intervém depois outra jurista, **Maria Clara Sottomayor**, para examinar brevemente o conflito aberto, na prática judicial portuguesa, entre dois direitos fundamentais, o do bom nome e

reputação e o da liberdade de expressão. A ausência de uniformização jurisprudencial, que faz recair na inclinação e sensibilidade dos juízes a solução dos casos concretos, a atitude defensiva do Tribunal Constitucional, que opta por não se pronunciar sobre a matéria, preferindo confiar no juízo dos tribunais perante que tais questões se suscitem, ou ainda o generalizado entendimento restritivo em relação à divulgação de aspectos da vida de figuras públicas, à denúncia de abusos de instituições ou à crítica de decisões judiciais especialmente controversas têm aberto espaços de alguma incerteza que a autora documenta com recurso ao exemplo vivo e impressionante. Da Universidade de Londres, agora do *King's College*, chega-nos a contribuição de **Alan Read** e, com ela, a interrogação do nosso lugar na sociedade contemporânea e do alcance da função constitutiva da autoridade que investe o ser humano no estatuto precário e amovível de sujeito de direitos. Abrindo com uma breve nota acerca de um julgamento de nulo impacto público ou mediático, mas relevantíssimo para o litigante que queria ver reconhecida a sua condição de estudante a tempo inteiro (dessa simples definição decorriam as vitais prerrogativas que queria ver reconhecidas perante a municipalidade), o autor conduz-nos através de várias estações de um percurso reflexivo que inclui a sua experiência enquanto estudante de arte dramática e de actor (o juiz Azdak na peça de Brecht *O Círculo de Giz Caucásico*), de leitor de narrativa que é registo do paroxismo da violência e do terrorismo de Estado (*Na Colónia Penal*), ainda o espectador da representação do texto de Kafka em versão dramática, a prolongar, com o cair do pano, o sentimento perturbador

que vê nos rostos anónimos que se dirigem à saída e às ruas da cidade a sombra de uma verdade terrível refractada no palco, a do ser humano como simples construção legal na iminente morte do *homo juridicus*. Em seguida, *Amphitryon*, de Molière, em exercício ainda não suficientemente explorado pela tradição crítica, é-nos oferecido por **Cristina Marinho** numa indagação arrojada e atenta aos sentidos abertos nos silêncios da peça, seja na revelação de uma resistência à convenção que vive nos interstícios do texto, seja na interrogação da presença ausente de um irmão rasurado de certo legado clássico, a quem caberia a redenção da figura feminina, ou, ainda, na sugestiva ausência desta na cena final e na consequente negação da sua voz em veredicto que qualificadamente a envolveria como parte interessada. O teatro de Natália Correia e a sua última peça, *Auto do Solstício de Inverno*, escrita em 1989 e com estreia no mesmo ano, é, acto contínuo, objecto da leitura estimulante de **Armando Nascimento Rosa**: o cruzamento do legado cristão e do fundo pagão, a dessacralização do mito, o envolvimento ritualístico de uma acção depurada e intensa habitada por personagens de nomes fortemente evocativos da memória trágica do Ocidente constituem, em ligeiro e rude enunciado, aspectos a que o autor dá competente expressão. A expressão dramática cede os seus direitos, em seguida, a breve visita às prisões políticas do Estado Novo, examinadas enquanto testemunhos arquitectónicos da repressão dotados de forte carga simbólica e de uma configuração de deliberada funcionalidade: **Susana Pereira** e **Gonçalo Canto Moniz** explicitam a lógica estrutural dos edifícios e o sentido da distribuição do espaço presidiário,

contextualizam o quadro da política criminal que subjaz à sua utilização e iluminam o percurso dessa visita com o documento oportuno e esclarecedor. Depois a igualmente valiosa contribuição que em dois momentos nos chega do Brasil. O primeiro retoma a ideia do espaço da prisão, agora como protagonista da acção dramática. É o impressionante registo da peça *Lembrar é Resistir*, representada pela primeira vez em 1999, dez anos após a publicação da Lei da Amnistia, com texto (ainda inédito) construído a partir da memória dos sobreviventes dos cárceres da ditadura e levado à cena em espaço sinistro que fora palco do sofrimento dos condenados, é-nos oferecido, num saber de experiência feito, por **José Carlos Andrade**: uma revisitação ao local do crime, espaço que é protagonista da acção dramática (de facto uma revisitação verdadeira e própria para os muitos actores da companhia que aí penaram como prisioneiros), estação ainda povoada de fantasmas e perturbadoras memórias, de uma intimidante solenidade capaz de infundir nos espectadores um sentimento esmagador e quase religioso. Num segundo momento, **Silvio Benevides** discute o lugar do teatro na educação e na formação da cidadania e, no quadro dessa atitude crítica, dá-nos conta da experiência da companhia de teatro ATRUPEÇA, concebida como extensão universitária, dirigida à intervenção cultural em zona de gente pobre da Baía, empenhada «...na representação do irreal que se pretende real» e dona de uma vida atribulada mas intensa, permanentemente entregue à sua vocação de resistir e esclarecer. Às afinidades electivas entre direito e a representação em *O Mercador de Veneza* (*The Merchant of Venice*), ao papel que na peça é reservado à

retórica forense e à *cena do tribunal*, com o que daí decorrerá na leitura da comédia, se refere o texto seguinte, de **Nuno Pinto Ribeiro**, centrado na interrogação de uma criação dramática shakespeariana de controversa qualificação. Mas o drama sugere outras aproximações e cumplicidades. A documentação de episódios da história colonial, em exposições de impressionante crueza e de pungente efeito de revelação, inspiradas no magistério do dramaturgo sul-africano Brett Bailey, desenha a estrutura de uma peça que envolve hipnoticamente o observador/ espectador e lhe instila um perturbador sentimento de culpa: é a proposta da estudiosa búlgara **Kalina Stefanova**, atenta, ainda, às relações perigosas de uma criação dramática comprometida com a interpelação do público através do seu envolvimento mágico no ritual e na redescoberta catártica de uma identidade colectiva em momento de mudança. Em mais uma contribuição da Universidade de Londres (*Birkbeck College*) chega-nos o texto que encerra este número do *Teatro do Mundo*. **Maria Aristodemou**, em proposta de assumida inspiração lacaniana, dá voz à emulação de diversos saberes, o direito, a literatura, o jornalismo, o cinema e a psicanálise, convocados em acareação mobilizadora de argumentos rivais em favor da explicação do crime e da autorrepresentação do agente: mais do que a factualidade jornalística ou a lógica perseguição judicial do facto, ou mesmo os horizontes rasgados pela imaginação ficcional, os processos do inconsciente e a inscrição refractada na linguagem da presença reveladora do desejo, conclui, desbravam a via qualificada para a descoberta da verdade.

Aos participantes, nacionais e estrangeiros, é devida a nossa gratidão pelo seu esforço e pela generosidade na entrega dos seus textos para publicação. Agradecimentos são extensivos a todos quantos animaram as sessões ou simplesmente nos honraram com a sua presença. Seria talvez escusado dizer-se, finalmente, que as contribuições que integram o volume são da responsabilidade exclusiva dos seus autores.